

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Senado, empréstimo para pagar pessoal garantido por royalties.....	2
Título: Demanda por papéis da BR supera oferta	3
Título: Lei vai dar ao setor 5% da verba do meio ambiente.....	4
Título: Notas	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: BR Distribuidora deverá ser a maior abertura de capital do País	5
Título: Altamira, um retrato do Brasil que mata	7
Título: Temer nomeia ex-mulher de Gilmar para conselho de Itaipu	9
Título: Ex-mulher de Gilmar vai para Conselho de Itaipu	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: NOVIDADE NA PRAÇA	11
Título: Pobres são mais afetados pela alta do gás e da energia, diz Ipea	12
Título: Com gás caro, Recife vive onda de queimados.....	13
VEÍCULO: Correio Braziliense	14
Título: Empresas abrem capital na B3.....	14
Título: Incentivos em risco	16
Título: É chegada a hora de mudar as regras do setor elétrico	17
VEÍCULO: Valor Econômico	18
Título: ANP diz que não cedeu a pressão e recebe críticas do IBP e Sinaval	18
Título: Bancada do PSB eleva pressão sobre Joaquim Barbosa	20

Título: Distribuidoras já podem tirar cabo clandestino dos postes	21
Título: Paranapanema vai investir R\$ 500 milhões em três anos	23
Título: Curta.....	24
Título: BR Distribuidora e Burger King antecipam prazo de reserva em IPO	24
Título: Investidor-âncora garante bônus da Cemig.....	26

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bárbara Nascimento, Patrícia Cagni e Nelson Lima Neto

Título: Senado, empréstimo para pagar pessoal garantido por royalties

Recursos irão diretamente para bancos.

Rio já usa receita de petróleo para pagar folha.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei que permite a estados e municípios usarem royalties como garantia de empréstimos destinados ao pagamento de pessoal. Segundo parlamentares, a previsão foi incluída no texto, durante a tramitação, a pedido do governo do Estado do Rio, para conseguir colocar as contas em dia.

O projeto de lei também dá aval para que recursos de royalties entrem diretamente na conta de investidores e instituições financeiras com as quais estados e municípios tenham operações de crédito que tenham royalties como garantia. A proposta prevê ainda que a transferência dos royalties não será afetada se o estado tiver aderido ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), programa de socorro que, até agora, só tem o Rio como adepto.

O projeto não agradou toda a bancada. Alguns parlamentares consideram que a permissão de vincular uma despesa corrente a uma receita finita pode gerar problemas futuros. O próprio relator do texto no Senado, Tasso Jereissati (PSDB/CE), ponderou em seu relatório que esse não é o cenário ideal, mas aprovou o item com o argumento de que a penúria fiscal vivida pelos estados "torna a proposição meritória".

O Estado do Rio já fez diversas operações de crédito dando como garantia receitas futuras do petróleo para pagar aposentados e pensionistas. Segundo a

secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado, a medida "oferece mais segurança para a estrutura de futuras transações, uma vez que afasta o risco de inadimplência por parte dos governos". A posição foi semelhante à da secretaria municipal de Fazenda.

MP PRORROGA REPETRO ATÉ 2022

O governo do Rio já adiantou que pretende realizar uma nova operação de crédito nesse formato. A operação está prevista no Regime de Recuperação Fiscal e deve acontecer em 2018. Na visão do diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Rodrigo Orair, a permissão é um paliativo que o governo encontraram para sair da crise: Vamos utilizar o que teremos direito no futuro, para garantir o presente.

Ainda no setor de óleo e gás, o Senado aprovou medida provisória (MP) que prorroga regime tributário especial para o Repetro, que desonera a importação de máquinas e equipamentos. O texto vai precisar ser analisado pela Câmara mais uma vez. Emenda aprovada pelos senadores diminuiu a concessão das isenções de 2040 para 2022. Caso a MP não seja apreciada até sexta-feira pela Câmara, perderá validade. Líderes partidários da Casa afirmaram que a ideia é pautar a MP ainda esta semana. ().

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ana Paula Ribeiro

Título: Demanda por papéis da BR supera oferta

Expectativa é levantar entre R\$ 4,5 bilhões e R\$ 7,5 bilhões

A BR Distribuidora conclui hoje sua oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) com a qual deve levantar entre R\$ 4,5 bilhões (se a ação sair pelo valor do piso, de R\$ 15) até R\$ 7,5 bilhões (se sair por R\$ 19) mais a oferta de lotes adicionais. O período de reserva de compra terminou ontem e, segundo uma fonte, a demanda superou com folga o total de ações ofertado, o que deve deixar o preço mais próximo do teto. As ações da BR começam a ser negociadas na B3 na sexta-feira.

Todos os recursos captados serão embolsados pela Petrobras, que quer se desfazer de uma fatia de 25% a 33,75% da empresa.

— A BR vai conseguir a demanda sem problemas, até porque o IPO da Neonergia (previsto para esta semana) não deve sair — avalia uma fonte do mercado.

Hoje é o última dia para a reserva de ações do Burger King no Brasil, que pode movimentar R\$ 2,5 bilhões. Já a oferta da Neoenergia, que poderia chegar a R\$ 2,8 bilhões, pode ser suspensa por baixa demanda.

As ofertas de ações somaram R\$ 31,7 bilhões até novembro, alta de 195,2% em relação a 2016, segundo a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima). ()

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio

Autor: Carina Bacelar

Título: Lei vai dar ao setor 5% da verba do meio ambiente

Emenda pretende destinar R\$ 190 milhões a fundo de segurança

Após a aprovação do texto final do orçamento, o governo obteve outra vitória no plenário: conseguiu aprovar, por 45 votos a 13, a Proposta de Emenda Constitucional que destina 5% dos recursos dos royalties e das participações especiais do pré-sal para o Fundo de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social.

A verba sairá da parcela de 10% que hoje vai para o Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam). Segundo os cálculos do governo, a medida aprovada injetará uma receita R\$ 190 milhões na segurança em 2018. Os recursos não serão suficientes, no entanto, para cobrir o corte da pasta como um todo de R\$ 594 milhões.

AÇÃO CONTRA A PEC

Um grupo de PMs, que acompanhou a votação na Alerj, comemorou a aprovação. No plenário, a oposição prometeu recorrer ao Judiciário contra a retirada de recursos do Fecam, considerada inconstitucional por alguns parlamentares. O deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), por exemplo, declarou que vai entrar com uma ação no Tribunal de Justiça.

Na justificativa enviada à Alerj em defesa da PEC, o governador Luiz Fernando Pezão argumenta que o Fecam não depende dos royalties do pré-sal, porque 75% de seus recursos vêm da exploração do pós-sal. “A redução nas receitas do estado impactou substancialmente a manutenção da política de polícia pacificadora, que tem por objetivo recuperar o espaço territorial que foi perdido para malfeitores nas últimas décadas”, diz o texto do governo.

Em nota, o governo informou que o fundo vai garantir mais recursos para fazer a manutenção da frota das polícias, das delegacias e dos batalhões.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Em jogo, US\$ 500 milhões

Veja o que está em jogo em todo esse debate sobre o conteúdo local na indústria de petróleo brasileiro. No caso desse consórcio de Libra (Petrobras, Total, Shell, CNOOC e CNPC), o setor aguarda a definição do que será comprado aqui: 23%, como parece desejar a Petrobras, ou 50%, como parece defender a ANP. Trata-se de uma diferença, acredite, equivalente a US\$ 500 milhões em encomendas.

Segue...

O maior adversário da indústria nacional nesse caso específico são os chineses, que integram o consórcio, com 20%. A turma do olho miúdo tem todo interesse em fornecer o maior conteúdo possível e, para isso, conta com a oferta, para o Brasil, de linhas de crédito camaradas — tipo o Papai Noel.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães

Título: BR Distribuidora deverá ser a maior abertura de capital do País

Mercado de ações. Com previsão de arrecadar até R\$ 7,5 bilhões, estreia da subsidiária da Petrobrás na Bolsa paulista virá para ‘coroar’ o retorno dos IPOs após três anos de pouco movimento; entre ofertas iniciais e secundárias, volume já soma R\$ 33 bi em 2017

A abertura de capital da distribuidora de combustíveis BR, da Petrobrás, deverá marcar a maior oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) na Bolsa brasileira desde 2013, quando a operação da BB Seguridade superou R\$ 11 bilhões.

Com demanda já garantida para a oferta, o IPO da BR Distribuidora poderá render até R\$ 7,5 bilhões ao caixa de sua controladora, a Petrobrás,

considerando o cenário mais otimista. O preço das ações será conhecido hoje e a estreia do papel ocorrerá na sexta-feira.

Um dos apelos da BR é o desconto de preço de mais de 30% em relação às ações da Ultrapar, dona da bandeira Ipiranga, que hoje é vice-líder do setor, justamente atrás da BR. A distribuidora de combustíveis da Petrobrás deve atrair investidores estrangeiros e locais, incluindo pessoas físicas, uma vez que foi estruturado um fundo de investimento exatamente para esse público.

Esse mesmo instrumento, que facilita a entrada de pequenos investidores, havia sido usado em 2010, na megacapitalização da Petrobrás. A intenção dos bancos, até ontem, era que o valor inicial do papel superasse o teto da meta inicial, estabelecida entre R\$ 15 e R\$ 19. Por causa do tamanho da operação, fontes de mercado dizem que a demanda deverá ficar entre 1,5 vez e 2 vezes a oferta – mas não muito acima disso.

Para garantir o sucesso da operação, banqueiros atuavam ainda ontem, em Nova York, para aumentar o interesse de estrangeiros pela operação.

Retorno.

Mesmo que o resultado não supere as expectativas do mercado, a abertura de capital da BR Distribuidora virá para coroar um ano que muitos classificaram como o retorno dos IPOs à Bolsa brasileira.

Desde a estreia da BB Seguridade, em 2013, o Brasil mergulhou em uma forte retração econômica, e os anos de 2014, 2015 e 2016 foram fracos para emissões de ações. Só três ofertas iniciais se concretizaram nesse período – a maior delas, da Alliar (de medicina diagnóstica), não chegou a R\$ 700 milhões.

Em 2017, a Bolsa brasileira já foi palco de oito IPOs – a maior delas foi a do Carrefour Brasil, que somou quase R\$ 5 bilhões (veja quadro acima). O mercado também viu o interesse aumentar por ofertas subsequentes, realizadas por empresas que já têm capital aberto.

O volume total, até o momento, se aproxima de R\$ 33 bilhões. E esse valor pode subir, e não apenas por causa da BR Distribuidora. Estão previstas mais duas aberturas de capital nesta semana: a da Neoenergia e a do Burger King Brasil. Enquanto a rede de fast-food já despertou interesse suficiente para ser levada a cabo, a da empresa de energia ainda é uma incógnita.

A Neoenergia poderá ter de suspender sua oferta caso não esteja disposta a reduzir consideravelmente sua indicação de preço, definida entre R\$ 15,02 e R\$ 18,52 por papel.

Animação sem euforia.

Além de investidores apontarem sinais de melhora na economia brasileira, com a queda dos juros e da inflação no País, a maior disponibilidade global de recursos também ajudou a Bolsa brasileira a viver um bom ano.

No entanto, segundo um gestor de ações, os investidores continuam seletivos e tem havido muita pressão para queda dos preços. Das ofertas iniciais que chegaram a ser anunciadas neste ano, Tivit (de tecnologia da informação) e Unidas (locadora de veículos) tiveram de ser canceladas.

Já a Intermédica Notredame, de planos de saúde, que chegou a protocolar registro de oferta na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), desistiu da operação ao perceber que não conseguiria a avaliação desejada. Entre os IPOs que foram concretizados, Movida, Ômega Energia e Camil tiveram de reduzir a faixa indicativa de preço para atrair investidores.

No momento, há tanto fatores políticos – como a dificuldade de aprovação da reforma da Previdência – quanto de portfólio a ser considerados por gestores. No fim do ano, há reticência na apostar em IPOs, pois as ações costumam cair nos primeiros pregões após a estreia, o que poderia atrapalhar a rentabilidade anual de alguns fundos.

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Danielle Nogueira****Título: Altamira, um retrato do Brasil que mata**

Depois de Belo Monte, homicídios e tráfico explodiram

-ALTAMIRA (PA)- — Ele tinha ido à borracharia para lavar a moto. Recebeu um tiro nas costas quando segurava a mão de dois filhos. Só escutei os tiros. Foi no final dessa rua aí. Não há lágrimas escorrendo no rosto nem voz embargada.

A merendeira Sonia Fonseca, de 54 anos, conta a morte do filho como se já tivesse se acostumado com a violência que tomou conta de Altamira, no Pará. Foram três filhos assassinados, com idade entre 27 e 28 anos. Os dois últimos, em 2015, num intervalo de apenas três meses. Ambos tinham envolvimento com tráfico de drogas, admite a mãe.

— Vivo trabalhando, não vou vender uma droga para ter dinheiro mais fácil. Foi assim que criei os meninos. Mas, você sabe, quando forma o homem, eles são donos da vida deles — diz Sonia, que ficou com a guarda de sete netos e mora

no Reassentamento Urbano Coletivo (RUC) Jatobá, o mais violento dos cinco RUCs para onde foi removida a população ribeirinha, durante a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

TRAGÉDIA FORA DO NOTICIÁRIO

Os assassinatos dos filhos de Sonia ajudaram a engrossar as estatísticas que alçaram Altamira ao posto da cidade mais violenta do Brasil em 2015, segundo levantamento feito pelo GLOBO para o projeto “A Guerra do Brasil”.

Naquele ano o município registrou 124,6 homicídios e mortes violentas de causas indeterminadas por 100 mil habitantes, bem à frente de cidades que costumam estampar o noticiário de chacinas, balas perdidas e tiroteios, como Rio (23,4) e São Paulo (13,5).

Há dez anos, o município sequer aparecia na lista dos mais violentos, com taxa de 53,2. Esse salto reflete não apenas particularidades de Altamira, que sofreu grande impacto da construção de Belo Monte, como também se insere num fenômeno nacional que aponta para crescimento da taxa de homicídios nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste e de estabilidade nas regiões Sul e Sudeste nos últimos dez anos.

A partir dos anos 2000, houve crescimento da renda nas pequenas e médias cidades brasileiras. Se, por um lado, o desenvolvimento econômico costuma levar ao aumento do número de empregos, desestimulando a criminalidade, por outro, a maior circulação de dinheiro é um terreno fértil para o tráfico de drogas.

E quanto mais enraizado esse mercado, maiores os índices de violência, diz Daniel Cerqueira, um dos autores do Atlas da Violência de 2017 do Ipea, que também colocou Altamira no topo das cidades mais violentas. Na Altamira pré-Belo Monte, o território era dividido entre gangues rivais, que se concentravam nas palafitas.

Com o empreendimento, foi preciso remover a população ribeirinha e reassentá-la. Nesse processo, segundo pesquisadores e líderes locais, as relações de vizinhança não foram respeitadas pelo consórcio Norte Energia, responsável pela usina. — As relações de poder foram ignoradas. Na reorganização territorial, inimigos passaram a disputar espaço para reconquistar território — diz Assis Oliveira, professor da UFPA.

Além da redivisão territorial, com Belo Monte, a população de Altamira explodiu. A hidrelétrica será a terceira maior do mundo quando estiver concluída, em 2019. No pico das obras, em junho de 2014, havia 33.115 pessoas trabalhando na usina. É quase um terço da população da cidade em 2010.

Embora a hidrelétrica tenha sido construída em um município vizinho (Vitória do Xingu), Altamira abrigou boa parte dos trabalhadores.

Hoje, restam 2.779 operários na usina. — Atualmente a maior preocupação são os homicídios. Crimes com características de execução e com fortes indícios de vínculo com questões do tráfico de drogas — afirma Silvio Maués, diretor de Polícia do Interior da Polícia Civil do Pará. Os roubos também são frequentes. A professora de artes Mariene Gomes de Almeida, de 54 anos, teve a casa invadida três vezes este ano.

Na última, em junho, não apenas teve roubados equipamentos, como também foi torturada pelos bandidos. — Diziam o tempo todo que iam me matar. Chegaram a me amarrar e quebraram uma mandala na minha cabeça — conta Mariene, que até hoje acorda duas a três vezes por noite.

ESTADO CONTESTA ESTATÍSTICA

Com orçamento de cerca de R\$ 30 bilhões, Belo Monte obteve a licença prévia em 2010. No ano seguinte, foi assinado um acordo entre a Norte Energia e o governo do estado, no valor de R\$ 100 milhões. Parte desses recursos foi gasta com um helicóptero cuja manutenção é cara e que sequer fica em Altamira.

Enquanto isso, a obra do presídio feminino não foi concluída e a cidade continua sem um centro para abrigar menores infratores. — O problema é a estrutura de política pública. Na licença prévia, o consórcio apresenta pela primeira vez seu plano para a cidade. Isso devia acontecer ao menos dois anos antes — afirma Sergio Marcondes, coordenador do estudo Recortes Socioeconomia.org sobre violência em Altamira produzido pelo Instituto Dialog.

A Secretaria de Segurança do Pará questiona o título de cidade mais violenta no país. Diz que, se excluídas as mortes violentas por causa indeterminada, a taxa de homicídio em 2015 ficaria em 58,13 por 100 mil habitantes. Já a Norte Energia argumenta que as estatísticas, baseadas na estimativa de população do IBGE, desconsideram o fluxo migratório decorrente do empreendimento.

Nas contas da Norte Energia, Altamira tinha 139.863 habitantes em 2015. Com isso, a taxa de homicídios da cidade cairia para 81,5 por 100 mil habitantes.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas & informações

Autor: Lorena Rodrigues

Título: Temer nomeia ex-mulher de Gilmar para conselho de Itaipu

O presidente Michel Temer nomeou nesta terça-feira, 12, novo diretor e conselheiros da Hidrelétrica de Itaipu. Foi designada conselheira da binacional a advogada Samantha Ribeiro Meyer, ex-mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes.

Temer e Gilmar

O presidente Michel Temer com o ministro do STF, Gilmar Mendes, durante cerimônia de lançamento do Plano Agro +, no Palácio do Planalto.

Em maio, Samantha assinou parecer usado pela defesa do presidente na ação movida pelo PSDB que pediu a cassação da chama Dilma-Temer. O mandato de conselheira poderá ser exercido até maio de 2020.

Também foi nomeado o engenheiro agrônomo Newton Luiz Kaminski para o cargo de diretor de Coordenação de Itaipu, de acordo com decreto publicado no Diário Oficial da União. Atual superintendente de Obras e Desenvolvimento da binacional, Kaminski entrará no lugar de Hélio Gilberto Amaral, que foi exonerado, a pedido. Amaral havia assumido o cargo em junho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Lorena Rodrigues

Título: Ex-mulher de Gilmar vai para Conselho de Itaipu

O presidente Michel Temer nomeou a advogada Samantha Ribeiro Meyer, ex-mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, para o Conselho da Itaipu Binacional. A nomeação foi publicada, ontem, no Diário Oficial da União. Em maio, Samantha assinou parecer usado pela defesa do presidente na ação movida pelo PSDB que pediu a cassação da chama Dilma-Temer – o TSE, presidido por Gilmar Mendes, rejeitou a cassação. Samantha, que se divorciou de Gilmar há 12 anos, afirmou em nota que sua indicação para o cargo de conselheira é "técnica, tendo em vista suas qualificações profissionais."

Na nova função, ela receberá R\$ 25 mil por mês e terá mandato até 2020. Doutora em direito pela PUC e professora universitária, Samantha é membro do Conselho Superior de Direito da Fecomércio- SP e titular da cadeira 77 da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ). Em Washington, Gilmar disse que não teve nenhuma influência na nomeação de sua ex-mulher para o cargo de conselheira da hidrelétrica. "Imagina! Eu não cuido nem de filhos, quanto mais de ex-mulher. Até me ofende isso. Imagina", respondeu o ministro quando

questionado sobre o assunto na capital dos Estados Unidos, onde cumpre programação oficial desde segunda-feira.

Procurada, a Itaipu afirmou que a nomeação é uma prerrogativa da Presidência da República e que a binacional não faria qualquer comentário a respeito. Temer nomeou também o engenheiro agrônomo Newton Luiz Kaminski para o cargo de diretor de Coordenação de Itaipu, de acordo com decreto publicado no Diário Oficial. Atual superintendente de Obras e Desenvolvimento da estatal, Kaminski entrará no lugar de Hélio Gilberto Amaral, que foi exonerado, a pedido. Amaral havia assumido o cargo em junho. Outro conselheiro apontado foi o advogado Frederico Matos de Oliveira, que atua como diretor do Departamento de Articulação com os Estados e o Distrito Federal da Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Governo da Presidência da República. / COLABOROU CLÁUDIA TREVISAN, CORRESPONDENTE EM WASHINGTON

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: NOVIDADE NA PRAÇA

Mercado Aberto

Os setores químico e energético são os que mais aplicaram inovação em seus negócios em 2017, segundo a consultoria A.T. Kearney e a Superbid, de tecnologia. Das 20 empresas consideradas mais disruptivas no Brasil neste ano, 9 atuam em uma dessas áreas.

Entre as práticas que apareceram em quase todas as companhias do ranking estão o uso de internet das coisas e bigdata, de métodos colaborativos e a parceria com startups diz François Santos, sócio da A.T. Kearney. Empresas de energia são obrigadas por lei a investir parte de sua receita em pesquisa, o que também acelera a inovação, diz Edson Bouer, CEO da Superbid.

CHEIRO DE PNEU QUEIMADO

A Bio5, empresa criada para transformar pneus picados em outros compostos, vai investir R\$ 30 milhões para iniciar sua operação, afirma o diretor-executivo, Robson Freitas.

Os recursos são provenientes do atual dono, o fundo de private equity DMI, e serão aportados em infraestruturas e equipamentos. "A companhia foi adquirida do fundador, que não conseguiu terminar o projeto, e agora vamos realizar os investimentos para tirá-lo do papel", diz Freitas.

"Cerca de R\$ 25 milhões já foram investidos, e esse novo aporte será concluído em 12 a 18 meses."

A planta fica em Cuiabá, e deverá crescer devido a uma obrigação que determina dos fabricantes no Brasil a retirada de 1,2 pneu para cada unidade produzida, afirma o executivo.

Através do processo de pi-rólise, a Bio5 vai transformar pneus em gás, reutilizado no próprio processo; óleo, para gerar energia; e negro de fumo, usado para produzir asfalto e borracha.

25 MIL M2 é a área da fábrica em Cuiabá

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Pobres são mais afetados pela alta do gás e da energia, diz Ipea

DE SÃO PAULO- Os trabalhadores mais pobres foram os mais afetados pela alta das tarifas de energia elétrica e do preço do gás do botijão em novembro, segundo o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda. O impacto da alta de 4,6% na energia elétrica e de 1,6% no gás no período foi quase três vezes maior sobre a inflação dos mais pobres do que sobre dos mais ricos.

De acordo com os cálculos do Ipea, a alta desses custos com habitação teve um impacto de 0,29 ponto percentual entre pessoas cuja renda familiar é inferior a R\$ 900 mensais. Já entre aqueles cuja renda familiar é superior a R\$ 9.000, o impacto foi de 0,11 ponto percentual. Reportagem da Folha publicada na sexta (8) mostrou que moradores de Parelheiros, na periferia de São Paulo, improvisam fogões a lenha no fundo de suas casas para preparar refeições, diante da impossibilidade de pagar o botijão de gás.

Por outro lado, a contínua queda do preço dos alimentos vem aliviando o custo de vida dos mais pobres, grupo no qual esses produtos têm maior peso. Em novembro, os alimentos completaram sete meses seguidos de preços mais baixos, ao registrar queda de 0,38%, de acordo com o IBGE. Para os mais pobres, isso significou um recuo no impacto da inflação de 0,16%, enquanto entre os mais ricos a queda foi de 0,05%.

"De fato, a significativa desaceleração no preço dos alimentos se constitui no principal foco de alívio inflacionário em 2017, especialmente para as classes de

menor poder aquisitivo", diz, em nota, Maria Andreia Parente Lameiras, pesquisadora do Grupo de Conjuntura do Ipea.

Outro item que impactou diferentemente o bolso das diferentes faixas de renda foram os transportes. No agregado, os preços da item tiveram alta de 0,52%, segundo o IBGE, motivada pelos aumentos da gasolina (2,92%) e do etanol (4,14%). Os reajustes nos combustíveis afetaram mais as famílias mais ricas, ao exercer um impacto de 0,20 ponto percentual na inflação entre aqueles com renda familiar superior a R\$ 9.000.

Já entre os mais pobres, com renda familiar até R\$ 900, a queda nas tarifas dos ônibus urbanos (0,6%) e interestaduais (1,6%) levou a um recuo de -0,04 ponto percentual na inflação.

ACUMULADO

Considerando todos os itens, a inflação no agregado foi menor entre os mais pobres em novembro do que entre os mais ricos: enquanto a população de renda muito baixa sentiu um aumento de 0,07% dos preços, os de renda alta viram alta de 0,34%. Em 12 meses, a inflação entre a população com renda familiar até R\$ 900 foi de 2%, enquanto entre aqueles que ganham mais de R\$ 9.000 foi de 3,53% — superior ao IPCA no período, de 2,4%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: KLEBER NUNES - COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, NO RECIFE

Título: Com gás caro, Recife vive onda de queimados

Cresce número de acidentes na cidade devido ao uso de botijão clandestino ou de etanol

Os reajustes sucessivos no preço do gás de cozinha têm provocado o aumento de pacientes com queimaduras graves na maior emergência do Nordeste. No Hospital da Restauração, no Recife, 60% dos queimados se acidentaram nos últimos quatro meses por causa do uso de etanol ou de botijão de gás mais barato comprado em revenda clandestina.

Bena Pereira, 48, estava fritando dois ovos, na casa onde mora com a irmã na periferia de Olinda (PE), no último dia 22 de novembro quando o fogareiro explodiu. O etanol, comprado no posto do bairro e armazenado em uma garrafa PET, provocou queimaduras de segundo e terceiro graus nos braços, nas pernas e no rosto da dona de casa.

"Estamos desempregadas e não temos Bolsa Família, infelizmente não podemos pagar R\$ 90 em um botijão de gás. Só tinha dinheiro para dois pães e dois ovos. Com os R\$ 3 que sobraram comprei o álcool", diz Pereira, que na explosão perdeu mesa de jantar, armário e uma cama. De acordo com a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustível), o valor do gás de cozinha aumentou 15,6% neste ano. Na região metropolitana do Recife, o preço do produto varia entre R\$ 80 e R\$ 95.

"Há dois meses que só cozinho com álcool de posto (de combustível). Quando receber alta como vou fazer para me alimentar? Não quero usar o álcool, então vou ter que pedir comida", diz ela.

No mês passado, o operador de pá mecânica Roberto Balbino, 62, não tinha R\$ 80 para comprar o botijão de gás no caminhão da revendedora que sempre passa em seu bairro, na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE). Para não ficar sem cozinhar, comprou de um vendedor clandestino por R\$ 65.

Minutos depois de instalado, o gás começou a vazear. Ao acender a lâmpada seu Roberto e mais seis pessoas de sua família, incluindo quatro crianças, foram queimados na explosão. A filha dele Maria Bethânia da Silva Balbino, 24, e os netos de um e três anos morreram. "Nunca mais eu compro botijão sem ser na autorizada, estou vivo por milagre", afirma.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Empresas abrem capital na B3

O ano de 2017 termina com várias companhias em busca de capitalização no mercado. Entre elas, a maior empresa do país, a Petrobras, que anunciou a oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) da BR Distribuidora para este mês. Assim como a subsidiária da petroleira, Neoenergia e Burger King também estão com seus IPOs em avaliação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e a aprovação pode sair a qualquer momento. Esses três processos são os mais maduros, dizem os analistas, e somam uma captação estimada de R\$ 9,1 bilhões. Outras duas empresas, Algar Telecom e Blau Farmacêutica, estão na fila para abrir capital.

Para os especialistas, o momento escolhido para a abertura de capital tem a ver com a recuperação da economia e com a queda da taxa básica de juros, a Selic, hoje em 7%, o que torna qualquer rentabilidade acima disso atrativa. A CVM não informa as datas dos IPOs, tampouco a BM&FBovespa (B3). Uma fonte a par

dos trâmites explicou que até mesmo o dia divulgado pelas empresas não é preciso, porque os processos precisam ser aprovados pela CVM, o que pode ocorrer de uma hora para outra. “Ninguém arrisca a data, mas os IPOs saem em 2017”, garantiu.

Em prospecto preliminar entregue à CVM, a Petrobras definiu o preço das ações da BR Distribuidora entre R\$ 15 e R\$ 19 e fez uma estimativa de captação de R\$ 4,8 bilhões, descontadas as comissões. Vista como joia da coroa da estatal, a companhia é líder na distribuição de combustíveis e tem uma rede de mais de 8,2 mil postos no país. A abertura de capital, aprovada havia dois anos, aguardava o momento econômico mais adequado. O IPO pode ocorrer até sexta-feira.

Para o ex-presidente da CVM Renê Garcia, a BR volta ao mercado em um ambiente melhor, com liberdade de preços dos combustíveis. “A BR já foi aberta e extremamente lucrativa. Está esperando que uma colocação de ações possa trazer a rentabilidade do passado”, avaliou. Hugo Monteiro, analista de investimento do Bullmark Financial Group, considera os papéis bons ativos. “Só pelo market share (participação de mercado) que a BR tem”, justificou.

Garcia ressaltou que os IPOs estão ocorrendo agora para aproveitar a taxa de juros baixa. “Isso aumenta o apetite dos investidores, uma vez que o rendimento desses papéis estão na faixa de 10% a 12% ao ano”, projetou. Na opinião de Rui Coutinho, consultor e presidente da Latin Link, as aberturas de capital marcam a retomada da temporada de caça a investidores. “Os processos da BR, Burger King Neoenergia estavam estruturados na CVM. Agora estão maduros.”

Conforme os prospectos apresentados à CVM, o Burger King espera capitalização de R\$ 1,6 bilhão, e a Neoenergia estima injeção de R\$ 2,7 bilhões. Para o mercado, a projeção da Neoenergia é muito ambiciosa. A empresa não quis comentar. Disse apenas que “o IPO está marcado para 18 de dezembro” e que, até amanhã, “a companhia tem que confirmar a abertura, divulgando a faixa de preço das ações”.

Renê Garcia destacou que a Neoenergia está muito associada ao modelo de privatização da Eletrobras. “Isso contamina o setor”, ressaltou. No entender de Fábio Carvalho, gerente de mesa da CM Capital Market, o momento para ativos do setor elétrico não é bom. “É hora de avaliação dos ativos da Eletrobras. A questão regulatória pode interferir e, nesse caso, a política tem como exercer influência”, disse.

Nova opção

O mercado brasileiro tem poucas ações do setor de alimentação listadas em bolsa. Nesse aspecto, a abertura de capital do Burger King é vista com bons olhos pelos analistas. “Temos pouca oferta de varejo, por isso o IPO do Burger King deve ser interessante. Permitirá a diversificação de portfólio. Não tem nenhuma outra empresa similar”, destacou Fábio Carvalho, analista da CM Capital Market. Para Hugo Monteiro, do Bullmark, os papéis da empresa estão caros. “O Burger King tem um endividamento alto”, justificou. A abertura de capital da companhia está prevista para 18 de dezembro.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Incentivos em risco

A Lei Complementar nº 160, que convalida os incentivos fiscais relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidos irregularmente pelos estados às empresas, corre o risco de perder a eficácia em 4 de fevereiro de 2018 devido à falta de consenso no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), de acordo com técnicos que acompanham o tema.

A lei foi sancionada pelo presidente Michel Temer em agosto e o prazo de 180 dias para que os incentivos em vigor sejam validados pelo Confaz está em vias de expirar porque não existe acordo para a assinatura de um convênio. Desse modo, a lei, formulada para acabar com a guerra fiscal, criou mais animosidade entre os estados do Sul e do Sudeste contra os demais, segundo os técnicos.

A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) pretende apresentar amanhã à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado proposta para prorrogar por mais 180 dias o prazo para a assinatura do convênio de convalidação.

A parlamentar é relatora do projeto de lei que modifica o quórum do Confaz para aprovar a concessão de isenções fiscais, o PLS 407/2015, do senador Hélio José (Pros-DF). O texto prevê que a concessão de benefícios pelas unidades federativas dependerá do aval de 2/3 dos membros do Confaz, e não mais da unanimidade. “O número de processos é muito grande e é preciso que a lei entre em vigor, mas a necessidade de unanimidade está atrasando o processo. A guerra fiscal e a instabilidade jurídica continuam”, disse.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Opinião**Autor:** Mario Menel**Título:** É chegada a hora de mudar as regras do setor elétrico

Não vai demorar muito para que o consumidor residencial possa escolher o seu fornecedor de energia elétrica, a exemplo do que ocorre hoje quando opta pela operadora de celular ou de banda larga. A revolução tecnológica que acontece no setor elétrico no mundo não pode passar ao largo do Brasil: o país tem uma das maiores populações do planeta e é uma das dez maiores economias. Por isso, precisa ter assegurado, no futuro, um sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica moderno e confiável.

O que se observou nos últimos anos, no entanto, foi um profundo retrocesso, com a desorganização do setor, obras em atraso, prejuízos bilionários e reajustes pesados para o consumidor. Sem falar, claro, no racionamento de 2001 e na construção, a toque de caixa, de usinas termelétricas para atender ao crescimento da demanda. O exitoso modelo do passado, de integração nacional e de base hídrica, com energia farta e barata, está esgotado há muito tempo.

Mas nem tudo está perdido. O Brasil tem pela frente uma chance ímpar de voltar a gerir o setor elétrico de forma consistente e equilibrada, com olhos postos no futuro. Um grande passo nesse sentido foi dado com a Consulta Pública (CP) 33, que recebeu centenas de contribuições, formatadas em mais de 4 mil páginas, destinadas ao aperfeiçoamento do marco legal e regulatório do setor.

Em outra frente, o governo propõe desestatizar a Eletrobras. Uma das cinco maiores geradoras hidrelétricas do mundo e maior holding do setor elétrico na América Latina, a Eletrobras esteve sob o fogo cruzado de interesses políticos de toda a sorte. Em passado recente, a empresa foi forçada a incorporar (federalizar) deficitárias distribuidoras de energia do Norte e Nordeste que, agora, enfim, devem ser privatizadas. Ainda assim, bilhões em dívidas ainda deverão ser absorvidos pela holding. Em 2012, a Eletrobras foi compelida a aderir à MP 579, cotizando 14 de suas usinas para reduzir tarifas ao consumidor. O resultado foi prejuízo superior a R\$ 30 bilhões em quatro anos, perda de valor de mercado. Mesmo com todo esse ônus, o objetivo explicitado para o setor elétrico não foi cumprido: logo a tarifa voltou a subir.

A Eletrobras cumpriu espetacularmente o seu papel de planejar o setor, projetar Itaipu, garantir oferta, mas, infelizmente, continua sucumbindo às ingerências políticas. Tenta vender participações em 77 Sociedades de Propósito

Específico (SPE), entre as 178 das quais participa, forçada a ingressar aceitando taxas patrióticas de retorno.

O resultado não podia ser diferente: perdas financeiras e centenas de obras em atraso. Em 2016, a Aneel chegou a proibir a Chesf e a Eletronorte de participarem de leilão de linhas de transmissão porque as duas tinham índices inaceitáveis de obras atrasadas. Em 2014, a Eletrosul venceu leilão para construir e operar 1,9 mil quilômetros de linhas de transmissão, com deságio de 14% sobre a receita e aceitando investir o equivalente US\$ 1,2 bilhão. Até agora, nada foi construído e a solução — tardia — foi recorrer a um acordo com o Shanghai Electric Power para que o grupo chinês assumisse o projeto.

Não custa lembrar que os estados do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Bahia ficaram de fora do leilão de reserva da Aneel por falta de linhas de transmissão para o escoamento da energia a ser produzida na região. Sem entrar no mérito do modelo a ser adotado para a desestatização, com emissão de ações e diluição da fatia da União, o que importa é encontrar uma saída para aumentar investimentos, ampliar projetos em energias renováveis e perseguir custos mais competitivos.

A Eletrobras do futuro, capitalizada e fora do jugo do Estado, deve estar inserida num setor elétrico moderno, com novos modelos de financiamento (o dinheiro do BNDES não dá para todos), de gerenciamento de riscos e de formação de preços por oferta, como acontece em países como Colômbia e Vietnã. Não é admissível que o Brasil, nos últimos 15 anos, tenha emitido mais de 300 atos normativos para o setor, sem, no entanto, evitar uma crescente judicialização, o que tem significado dificuldade de funcionamento do mercado e encarecimento da energia. É hora de mudar as regras do jogo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: ANP diz que não cedeu a pressão e recebe críticas do IBP e Sinaval

Décio Oddone, diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), defendeu a iniciativa da agência de aumentar de 25% para 40% o percentual de conteúdo local exigido de contratos de exploração e produção assinados desde 2005 e que tinham percentuais maiores. O percentual não agradou as associações que reúnem as petroleiras e nem os estaleiros.

Oddone afirma que a decisão da ANP, que é uma sugestão para o governo, não significa que a agência tenha cedido à pressão de associações como o Sinaval,

que reúne os estaleiros, e a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Segundo ele, as conversas com diversas associações desde julho começaram a convergir em torno de 40%. E considera coincidência a parcela de conteúdo nacional sugerida pela ANP ser a mesma apoiada pela Abimaq e contemplada em forma de emenda à Medida Provisória 795 (que concede isenções para importações de equipamentos) apresentada pelo deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) com apoio dos fabricantes nacionais.

"Isso não tem nada a ver com a discussão desse projeto de lei que surgiu na última hora. O timing foi extremamente coincidente. Mas a ANP vinha discutindo isso desde julho", disse.

Ele lembrou do prazo até hoje para que o Tribunal de Contas da União regulamentasse o "waiver", que é o perdão por descumprimento do conteúdo local em contratos assinados entre 2005 e 2015. "É preciso resolver o passado para destravar os projetos que estão esperando para ser contratados, como Libra e Sépia. Com as questões de conteúdo local como estão, a judicialização do setor é grande".

O economista Adriano Pires, do CBIE, acha que a medida pode criar uma percepção de insegurança regulatória no país, e Oddone argumenta que o objetivo da ANP é retirar a instabilidade de não se ter uma regra prevendo o "waiver", ou perdão por descumprimento de percentuais previstos em contrato.

Os problemas relacionados ao conteúdo local ficaram evidentes quando em 2015 a BG pagou multa de R\$ 193 milhões por descumprir os conteúdos locais do bloco BM-S-52, devolvido em 2012. Posteriormente a Petrobras entrou com pedido de "waiver" para o campo de Libra. O Sinaval entrou com ação que impedia a estatal de contratar a plataforma no exterior. A Petrobras recorreu e conseguiu derrubar a liminar. Agora, o vice-presidente do Sinaval, Sérgio Bacci, disse que não deve recorrer.

O Sinaval vai lutar para mudar a proposta de 40% na construção de plataformas, divididos pelos segmentos de engenharia; máquinas e equipamentos; e construção, integração e montagem. O objetivo é incluir a obrigatoriedade de se ter pelo menos 40% nos cascos das plataformas. "Nós pedíamos uma divisão abrindo uma quarta família, para que 40% dos cascos sejam feitos no Brasil. E a proposta da ANP embute cascos no segmento de construção, integração e montagem. Contudo, se apenas os módulos forem construídos no Brasil o percentual de 40% dos equipamentos já é atingido", diz Bacci.

Jorge Camargo, presidente do IBP, que reúne as petroleiras, acha que o percentual de 40% não será suficiente para atrair investimentos. "O certo é que a medida traz um custo adicional para a construção de plataformas que será

transferido para o bolso do contribuinte", afirma, lembrando que no regime de partilha a parcela destinada ao governo é menor quando o custo das petroleiras aumenta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Fernando Taquari e Fernando Exman | De São Paulo e Brasília

Título: Bancada do PSB eleva pressão sobre Joaquim Barbosa

A pressão do PSB para convencer Joaquim Barbosa a concorrer à Presidência em 2018 ganhou mais um capítulo na segunda-feira. Em seu escritório, na capital paulista, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu um grupo de oito deputados federais do partido para discutir o cenário político-eleitoral.

Na reunião, o ex-ministro procurou saber com quais partidos os deputados do PSB estão conversando sobre eventuais alianças. De acordo com o líder da bancada, Júlio Delgado (MG), o ex-ministro afirmou que não se sentia confortável com a perspectiva de uma coligação com PT, PMDB ou PSDB.

Aos parlamentares, Barbosa reconheceu a possibilidade de concorrer ao Planalto. Não estabeleceu, no entanto, um prazo para anunciar sua decisão. Pela legislação eleitoral, ele tem até março para se filiar a um partido e participar da eleição. A bancada aproveitou o encontro para reforçar o convite.

"Ele [Barbosa] disse que tem interesse e está analisando a hipótese de ser candidato a presidente. Mas deixou claro que tem hoje uma vida estável, confortável e sem pressão com sua aposentadoria, o escritório de advocacia e as palestras que dá pelo país", afirmou Delgado.

De acordo com Delgado, os deputados do PSB não têm interesse em fazer alianças com as siglas mencionadas pelo ex-ministro do STF. Pelo menos 20 dos 33 deputados da bancada, estão entusiasmados com a candidatura de Barbosa, conforme o parlamentar.

"Ninguém pondera contra. A questão é que alguns também levam em consideração os interesses locais", disse. "Mas o ex-ministro tem viabilidade eleitoral. Com saída do apresentador Luciano Huck da disputa, é o outsider que as pessoas querem", acrescentou.

Barbosa, afirmou o deputado, teria ainda se mostrado atencioso ao debater as reformas em discussão no Congresso, os problemas nacionais, como a segurança, e a perda de liderança regional do Brasil.

O encontro foi um pedido dos próprios parlamentares e teve o aval do presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, com quem Barbosa tem mantido conversas sobre a possível filiação. Os deputados teriam pedido a reunião com o ex-ministro diante do assédio de outros partidos com vistas às eleições presidenciais.

Diante da indefinição, o PSB tem sido cortejado por outros presidenciáveis. O governador paulista, Geraldo Alckmin (PSDB), aposta na influência de seu vice, Márcio França, para arrastar o PSB para uma aliança com os tucanos. Já o PDT, que tem como pré-candidato o ex-ministro Ciro Gomes, oferece palanques regionais em troca de um acordo nacional. O PT também acena aos pessebistas.

Ontem, em seu programa partidário, transmitido em cadeia nacional de rádio e TV, o PSB criticou as privatizações em estudo no setor elétrico pelo governo Michel Temer e se colocou como possível força de renovação da política brasileira nas eleições.

"Temer quer vender a Eletrobras e a Chesf por uma pechincha. Entrega junto a segurança hídrica do Nordeste e suas chances de superar a desigualdade regional", diz o programa. "Diga não a mais esse desmonte do Estado brasileiro".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Distribuidoras já podem tirar cabo clandestino dos postes

Os cabos de telecomunicações instalados de maneira clandestina nos postes de energia elétrica poderão ser retirados pelas distribuidoras sem autorização prévia. O aval foi dado ontem pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ao definir os requisitos mínimos de compartilhamento da infraestrutura do setor elétrico com empresas das áreas de telecomunicações e petróleo.

O diretor da Aneel André Pepitone, relator do processo, disse que a decisão deve oferecer meios para que as distribuidoras de energia possam combater a ocupação irregular dos postes. Para a agência, a medida deve evitar acidentes e regularizar o compartilhamento, que prevê remuneração ao detentor da infraestrutura. As regras gerais foram definidas em resolução conjunta após longo debate entre a Aneel e as agências reguladoras dos setores de telecomunicações (Anatel) e petróleo (ANP).

Ontem, a diretoria da Aneel aprovou dois conceitos de ocupação irregular dos postes: à revelia e clandestina. O primeiro vale para o caso em que operadora já tem contrato de compartilhamento, mas a instalação não consta no projeto técnico aprovado pela distribuidora.

O desligamento das instalações à revelia exige uma autorização prévia da comissão de resolução de conflitos mantida pelos órgãos reguladores.

Já a caracterização de ocupação clandestina vale para os casos de ligações sem qualquer contrato de compartilhamento com as distribuidoras. Assim, fios, cabos e equipamentos poderão ser retirados sem qualquer decisão das autoridades. Isso vale também para o desligamento em situações de emergência ou aquela instalação que oferecer risco de acidente por desprezar padrões técnicos.

A Aneel também definiu as cláusulas obrigatórias que deverão constar nos contratos de compartilhamento. Será preciso definir, por exemplo, as "responsabilidades objetivas" do ocupante do poste sobre os eventuais danos causados à infraestrutura que, no limite, podem levar à troca de equipamentos ou estruturas danificadas.

A Aneel exige ainda que sejam incluídas cláusulas para permitir que a distribuidora, na condição de detentora da infraestrutura, fiscalize as obras da operadora de telefonia no momento em que fizer o compartilhamento. Além disso, deve haver a previsão de ressarcimento pelos custos de retirada de cabos e equipamentos.

As teles acompanham de perto as novas regras de compartilhamento de infraestrutura. Um especialista do setor, que não quis se identificar, classificou a permissão de desligamento de rede dada à distribuidora como um "absurdo".

"Ninguém, além da Anatel, deve ter a autoridade de decidir sobre o desligamento de uma rede de telecomunicações. Essa não pode ser uma decisão trivial. Clientes que contrataram o serviço de boa fé, que pagam suas contas em dia, podem ser prejudicados. Outras operadoras com contrato regular estariam sujeitas ao simples corte por engano, porque as distribuidoras não terão gente especializada para lidar com redes de telefonia", afirmou.

Ontem, o diretor da Aneel Reive Barros disse que os postes não foram projetados para receber as redes de telefonia e falta de regulamentação provocou a uma ocupação desordenada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Marcelle Gutierrez | De São Paulo**Título:** Paranapanema vai investir R\$ 500 milhões em três anos

Passado o processo de reestruturação financeira, concluído em setembro, a fabricante de cobre Paranapanema pretende investir R\$ 500 milhões nos próximos três anos. Do total, R\$ 320 milhões serão aportados em 2018 para garantia operacional e cerca de R\$ 190 milhões virão em três anos, com desgargamento das fábricas, informou ao **Valor** o presidente da companhia, Marcos Camara.

Segundo o executivo, 40% dos recursos virá de financiamentos ainda em negociação e o restante, de caixa próprio, sendo a maior parte com vencimento no longo prazo. "Temos disciplina agora. [As dívidas são] sempre de longo prazo para não deixar encurtar, como aconteceu no passado", disse. Camara reiterou que o endividamento está equacionado, com 85% do vencimento em operações de cinco a sete anos, e que o foco está no operacional. "Para 2018, a prioridade está na otimização dos ativos para diluir custo fixo e aumentar a produção".

Na visão do executivo, 2018 será melhor do que 2017 no mercado doméstico. "Se projetarmos um crescimento do PIB de 2,5% a 3%, a tendência é que a demanda por produtos de cobre seja de 5% a 6%", afirmou, após evento da Apimec. "O mercado está na trajetória de se aproximar de uma demanda interna de 370 mil toneladas."

No mercado externo, Camara contou que há negociações com países no qual a empresa não possui representatividade, como México e Oriente Médio.

Entre os setores que devem impulsionar a receita, Camara destacou o automobilístico e o eletroeletrônico. A construção civil, segundo ele, já dá sinais de recuperação no Brasil com lançamentos em 2017, que devem ter obras iniciadas em 2018 - quando virá a procura por produtos de cobre.

No longo prazo, a Paranapanema aposta em novas tecnologias, como o carro elétrico, que até 2030 deve representar 40% das vendas de novos veículos no mundo, segundo ele, e, com isso, a demanda por cobre tende a crescer 1,5 milhão de toneladas.

Como parte do processo de reestruturação, a multinacional anglo-suíça de commodities Glencore fez um acordo com a Paranapanema em julho, com aporte financeiro de R\$ 66 milhões em dinheiro, que lhe rendeu participação de 6,14%.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou a operação no dia 21 de novembro e, na sexta-feira, um membro da Glencore foi nomeado para o conselho de administração. "A proximidade e acesso à companhia trará oportunidades na área industrial e comercial. Vamos aproveitar a capilaridade global", comentou André Luis Gaia, vice-presidente financeiro da Paranapanema.

Após o processo de reestruturação financeira, a composição acionária foi alterada, em decorrência da entrada da Glencore, de outros aportes e da conversão de dívida em ações. O fundo de previdência Previ, do Banco do Brasil, continua com a maior participação, de 20%, seguido pela Caixa (17%), investidores institucionais (13%), Cargill Finance Services (12%), Bonsucex (10%) e o restante dividido entre pessoas físicas (10%), bancos (7%), Glencore (6%) e Petros (5%).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curta

Minério volta a subir

Com a China mostrando uma demanda ainda forte pela matéria-prima, o minério de ferro voltou a subir ontem no mercado à vista, se aproximando da maior marca em três meses. Os preços do produto com 62% de concentração média de ferro avançaram 3,5% no porto de Qingdao, para US\$ 71,25 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Com isso, a valorização acumulada em dezembro chega a 4,6%, após o mês anterior a commodity já ter registrado ganhos de 16,4%. A cotação também se aproxima da máxima recente, do dia 4, a US\$ 72,68 - a maior desde 14 de setembro. Em 2017, contudo, o minério ainda cai 9,7%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Carolina Mandl | De São Paulo

Título: BR Distribuidora e Burger King antecipam prazo de reserva em IPO

Perto de concluir seus IPOs (oferta inicial de ações, na sigla em inglês), a varejista de combustíveis BR Distribuidora e a rede de lanchonetes Burger King Brasil anteciparam em um dia o prazo final para que os investidores enviem seus pedidos de reserva dos papéis. O movimento se deu depois que ambas as

companhias conseguiram reunir ordens de compra suficientes para garantir a realização dos IPOs antes da data limite.

Hoje, a BR Distribuidora vai fixar o preço daquele que é candidato a ser o maior IPO já realizado no Brasil desde 2013. Até o fim da tarde de ontem, a empresa contava com uma demanda por seus papéis de cerca de duas vezes a quantidade colocada à venda, segundo o **Valor** apurou. Inicialmente, a companhia tinha permitido o envio de pedidos de reserva até hoje, mas decidiu antecipar para ontem à noite.

Essa procura, no entanto, se dava no piso da faixa indicativa de preço, que vai de R\$ 15 a R\$ 19. Pelo preço mais baixo, a oferta deve movimentar R\$ 4,368 bilhões, sem levar em conta a venda de lotes extras de ações que a BR Distribuidora pode vender.

Esses recursos vão para o caixa da Petrobras, controladora da companhia e que colocou as ações da distribuidora à venda como parte de seu plano de desinvestimentos.

Na quinta-feira, será a vez de o Burger King determinar o preço de suas ações. A companhia também antecipou para hoje o envio dos pedidos de reserva, sendo que anteriormente eles podiam ser feitos até o dia 14.

Até ontem, os pedidos de reserva já superavam em cerca de três vezes o lote de ações à venda, o que deve puxar o preço dos papéis para um ponto distante do piso. A oferta pode movimentar cerca de R\$ 1,7 bilhão se considerado o ponto médio do intervalo de preço dos papéis, que vai de R\$ 14,50 e R\$ 18,00.

O interesse dos investidores pelos IPOs de BR Distribuidora e Burger King está longe de significar uma euforia dos investidores. Prevista para ser encerrada na quinta-feira, a oferta inicial de ações da Neoenergia não conseguiu entusiasmar os potenciais compradores.

Até o início da noite de ontem, a oferta não tinha sofrido alterações, mas a expectativa é que a estreia da elétrica em bolsa seja cancelada pela segunda vez.

Uma alternativa para viabilizar a transação seria reduzir o preço dos papéis - o intervalo vai de R\$ 15,02 a R\$ 18,52. Não existe, porém, um consenso entre os acionistas da elétrica - Iberdrola, Banco do Brasil (BB) e Previ (fundo de pensão do BB).

O **Valor** apurou que o preço definido para o IPO já ficou aquém daquilo que o BB, maior acionista vendedor, pretendia para realizar a oferta. A disposição para diminuir ainda mais o valor, portanto, é baixa.

Na semana passada, o Banrisul decidiu adiar a realização de uma oferta subsequente de ações. O governo do Rio Grande do Sul, controlador do banco, alegou "condições desfavoráveis de mercado".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniela Meibak | De São Paulo

Título: Investidor-âncora garante bônus da Cemig

Diante do alto volume de dívidas de curto prazo e da escassez de fontes de captação de recursos, a empresa de energia Cemig conseguiu levantar US\$ 1 bilhão em emissão no mercado internacional graças à participação de "investidores-âncoras". Depois de 15 meses de preparação e duas tentativas de oferta, esses investidores acabaram evitando que a companhia enfrentasse uma crise de liquidez, mesmo a um custo considerado elevado.

A elétrica tinha mais de R\$ 3 bilhões em dívidas a vencer no fim do ano, incluindo debêntures e notas promissórias, e não tinha acesso ao mercado de capitais local ou a bancos para refinarçar esses passivos. A saída foi garantir a operação, realizada no fim de novembro, com três investidores-âncoras, número que chegou a cinco posteriormente, e aceitar as condições impostas por eles: volume de pelo menos US\$ 1 bilhão e taxa alta, acima de 10% preferencialmente. "Eles colocaram o cheque na mesa, os preços e as condições", afirma uma fonte que preferiu não ser identificada.

Com vencimentos tão próximos, a Cemig ficou sem tempo e poder de barganha no processo. A primeira tentativa de emissão foi feita em maio e, na ocasião, a elétrica foi avaliada como muito "despreparada" pelos compradores de renda fixa, que fizeram uma série de recomendações. Para voltar com a oferta, seria necessário um plano claro de desinvestimento e reperfilamento de dívida com os principais credores, os bancos. Exigiu-se também alguma clareza sobre como ficaria a situação das usinas que pertenciam à empresa, que acabaram indo à leilão.

"A Cemig acabou demorando mais do que o esperado para fazer a lição de casa e ficou sem nenhuma flexibilidade para lidar com os investidores na emissão. O poder de fogo ficou na mão deles", conta o interlocutor. "Mesmo com essa taxa, a emissão foi fundamental porque tirou a empresa de um risco de financiamento muito grande." Procurada, a empresa não quis comentar.

Mesmo com os âncoras, a elétrica precisou ir a mercado atrás de outros investidores para alcançar US\$ 1 bilhão, processo que a beneficiou e acabou reduzindo o retorno ("yield") da emissão para 9,5%. Com a demanda de quase

US\$ 4 bilhões, os investidores-âncoras não tiveram todas as ordens de compra atendidas e ficaram com cerca de 25% a 30% do total dos bônus. "Depois que a emissão foi anunciada com um IPT [estimativa de preço inicial] de 10%, chamou muita atenção do mercado", conta um gestor de crédito.

A lógica das captações externas é diferente das emissões locais e a preferência não é, necessariamente, por quem aceita o menor preço, explica um banqueiro. Segundo ele, uma série de características são levadas em consideração na hora de alocar as ordens de compra, entre elas o perfil do investidor e como ele trata o papel no mercado secundário.

"Todas as classes de investidores são importantes. Buscamos o equilíbrio entre o perfil de curto e o de longo prazo, de maneira a ter negociação no secundário, mas sem uma venda maciça no dia seguinte", conta o interlocutor. Além disso, afirma, é comum que os investidores inflem as ordens para ganhar preferência na emissão. "O volume do lance feito pelo investidor não é necessariamente aquilo que ele pretende comprar. Se ficar com um volume muito maior que o pretendido, vai liquidar os papéis na sequência."

Com a taxa alta e uma demanda represada, os bônus da Cemig tiveram performance atípica para papéis de renda fixa, com forte valorização após o lançamento. Os títulos foram vendidos no mercado primário abaixo de 100% do valor de face e são negociados atualmente a quase 107% no secundário. "É um comportamento de IPO [oferta inicial de ações], não é comum em renda fixa", completa um gestor.

Antes de conseguir avançar com a operação, a Cemig encontrou dificuldades também em decorrência do seu rating baixo. A operação saiu com nota "B" pela Fitch e, de acordo com um gestor, o mercado na América Latina é muito pequeno para riscos mais altos como esse. Ele conta que teve dificuldade para encontrar pares no mercado, de setores similares e riscos parecidos, para saber qual seria a taxa justa para a companhia.

MME / ASCOM .